
DISCURSO: DEFININDO O SEU ESTATUTO

Procuraremos apresentar, neste espaço, o estatuto conferido ao termo discurso na pesquisa em pauta: O discurso pedagógico: a leitura do Outro. Para isso, vamos, preliminarmente, empreender uma reflexão sobre alguns aspectos importantes, relacionados ao desenvolvimento da ciência lingüística, que apontam para uma nova expansão de seu campo de trabalho com o conseqüente redimensionamento de seu objeto. Tal fato encontra-se indissociavelmente ligado ao uso do termo discurso, em função dos estudos que visam ultrapassar a dimensão da frase.

Anteriormente, a lingüística saussureana elegeu, como seu objeto, a língua - "parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la" - em detrimento da fala - "ato individual de vontade e inteligência" (Saussure, 1969, p. 22). Seu estudo limitava-se às unidades lingüísticas inferiores à frase.

Essa visão imanente que concebe a língua como um sistema de regularidades, embasada no princípio da virtualidade, vem sendo substituída por outra que traz, para o âmbito da reflexão lingüística, a questão da exterioridade. Nesse contexto, situa-se o termo discurso. Todavia,

a questão da exterioridade é vista sob perspectivas diversas, dependendo da base teórica assumida pelos estudiosos e, conseqüentemente, o discurso adquire um uso pluralizado que se constitui em manifestação sintomática dos interesses e enfoques teóricos diferenciados.

Inicialmente, nos estudos lingüísticos, opunha-se discurso a enunciado com base no objeto strictu sensu da Lingüística que circunscribe em seu âmbito apenas os signos do sistema lingüístico, caracteres específicos da língua. O enunciado tinha aí o seu lugar, o discurso não. A Lingüística restringia, assim, o seu estudo aos enunciados reagrupados num corpus, e os processos discursivos eram examinados através de outras áreas do conhecimento, cujos modelos e métodos contemplassem o falante, como por exemplo, a psicanálise. De acordo com Dubois (1990), é nesses termos que Lacan propõe o problema inicial do discurso, quando estuda a função da fala e da linguagem em psicanálise.

Sob a influência das idéias de Lacan, Benveniste (1966) introduz, na ciência lingüística, a questão do discurso, concebendo a língua como instrumento de comunicação e a frase como unidade do discurso. Todavia, essa unidade diferencia-se de outras categorias lingüísticas como os fonemas, os morfemas e os lexemas, que se opõem entre si, por não se constituir numa classe formal de unidades.

Com tal procedimento, o autor opõe duas instâncias: a instância da língua, sistema particular que realiza a linguagem; a instância do discurso que liga o contexto situacional aos indicadores de forma (pessoa, tempo, lugar e objeto), mostrando a indissociabilidade que os une e o conseqüente jogo intersubjetivo que aí ocorre.

No entanto, o conceito de Benveniste restringe-se mais, ao tratar da sistematização de tempos verbais em francês, porque lança uma nova oposição ao termo discurso: a narrativa histórica. Segundo Osakabe, "Não se trata mais de todo e qualquer enunciado resultante da necessidade pragmática de expressão de um sujeito falante ou de toda e qualquer manifestação verbal provida de um significado ao nível da fala. Trata-se de uma manifestação verbal que, em oposição ao enunciado impessoal da narrativa histórica, se define como resultante de um processo de auto-expressão do sujeito e que, como tal, se caracteriza por alta freqüência da relação de pessoa" (1979, p. 29).

A narrativa representa o grau zero da enunciação, isto é, os acontecimentos parecem falar por si, sem a intervenção de nenhum

falante. Em contrapartida, o discurso pressupõe um locutor que visa influenciar seu interlocutor numa dada enunciação. O locutor que se enuncia como falante organiza o seu intento através da categoria de pessoa (eu vs. tu), ausente na enunciação histórica. Além disso, as categorias verbais empregadas num e noutro caso são diferentes. Enquanto na narrativa histórica ocorre o aoristo, o imperfeito e o mais-que-perfeito como também um tempo perifrástico, substituto do futuro, no discurso, apesar de não haver restrição de tempo, ocorre fundamentalmente o presente, o futuro e o perfeito, com a exclusão do aoristo.

É, pois, a instância discursiva que articula as relações pessoais entre o eu e o tu, numa dada situação e permite aos interlocutores a utilização de indicadores ao invés de elementos lexicais. Para o autor, coexistem, nessa instância, o sistema da língua e as marcas individuais de sua realização. É o que chamou de "subjetividade na língua".

Evidentemente, houve com Benveniste uma ampliação do objeto da ciência lingüística. Todavia, esse fato gerou a necessidade de criação de novos métodos de análise que dessem conta do processo discursivo. Nesse sentido, Harris (1963) tentou aplicar a análise distribucional, utilizada anteriormente no estudo das outras unidades da língua, às frases. Tal procedimento não funcionou por ser estritamente formal e por desconsiderar o modelo de comunicação.

Jakobson (1969) e Benveniste (1966), ao contrário, com base nesse modelo, mostram que, através das marcas da enunciação, "o falante organiza a língua, em função do eu e do tu" (Dubois, op., cit. p. 194). Introduzem a noção de embreantes (shifters para Jakobson) que são os elementos do código responsáveis pelas mudanças da mensagem na situação, transformando o código em discurso. Essa noção revelou-se importante e fecunda, tornando-se uma das preocupações dos estudos lingüísticos.

Assim, o conceito de discurso, concebendo a frase como unidade e abarcando o sujeito da enunciação, de forma concomitante, alargam o campo dos estudos lingüísticos e aumentam substancialmente a complexidade de seu emprego em função da existência de diferentes bases teóricas que, muitas vezes, chegam a ser contraditórias. Em decorrência disso, criaram-se usos múltiplos para o termo discurso. Maingueneau (1991) distingue sete empregos:

Discurso 1: diz respeito a toda ocorrência enunciativa. Equivale à parole de Saussure.

Discurso 2: refere-se ao objeto da gramática do texto (unidade superior à frase) que estuda a coerência dos enunciados.

Discurso 3: é o objeto de estudo das teorias da enunciação ou da pragmática. É considerado na sua dimensão interativa e inscreve-se numa situação de enunciação (um sujeito enunciador, um alocutário, um momento, um lugar determinado).

Discurso 4: refere-se especificamente à conversação, considerada um tipo fundamental de enunciação. De acordo com o autor, é uma especialização do discurso 3.

Discurso 5: surge uma oposição entre os termos língua e discurso. O primeiro sendo um sistema virtual de valores pouco especificados e o segundo, a diversidade superficial, ligada à variedade de usos que constituem as unidades lingüísticas.

Discurso 6: refere-se a um certo tipo de enunciação e não a um corpus particular, como por exemplo o discurso feminista. Nessa acepção, "o discurso designa um sistema de restrições que regem a produção de um conjunto ilimitado de enunciados a partir de uma certa posição social e ideológica" (op. cit., p. 15).

Discurso 7: é o objeto da Análise do Discurso. Maingueneau, para caracterizá-lo, parte da distinção tradicional entre enunciado e discurso apresentada por Guespin (1971), que passamos a reproduzir:

"L'énoncé, c'est la suite des phrases émises entre deux blancs sémantiques, deux arrêts de la communication; le discours, c'est l'énoncé considéré du point de vue du mécanisme discursif qui le conditionne. Ainsi un regard jeté sur un texte du point de vue de sa structuration "en langue" en fait un énoncé; une étude linguistique des conditions de production de ce texte en fera un "discours" (op. cit. p. 10).

Apesar de Maingueneau apontar o caráter genérico de tal definição, ela é, sem dúvida, um ponto de partida básico e fundamental na caracterização do discurso, porque põe em foco a relação indissociável entre o dizer e suas condições de produção. Em outras palavras, Guespin mostra a perspectiva teórica que busca articular o discurso e a sua exterioridade, aqui entendida como os processos sócio-históricos que constituem esse discurso.

Obviamente, tal visão ultrapassa os limites da frase e impõe uma reavaliação acerca da dicotomia língua/fala, em que a língua aparece como sistema abstrato, ideologicamente neutro ou como código, com função estritamente informativa. Na realidade, essa nova concepção rompe com os pressupostos saussureanos, na medida em que institui um novo objeto - o discurso - que exige a intersecção entre o intralingüístico e o extralingüístico, concebendo-o como processo e não como produto. Maingueneau (1976) diz que o discurso não é uma realidade evidente, mas o resultado de uma construção.

Essa construção, que exige a presença de um sujeito ideológico, inserido, pois, num contexto social e histórico, é que vai determinar um certo processo de significação. Remetendo a Pêcheux (1969), devemos pensar o discurso não apenas como transmissão de informação, mas principalmente como efeito de sentido entre locutores.

Partindo dessa definição de discurso, Orlandi mostra que a linguagem deve ser pensada necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos. De acordo com a autora, "o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação desse sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inserção da história na língua que faz com que ela signifique" (1994, p. 52).

Assim, o discurso, na perspectiva da AD, constitui-se num conjunto de enunciados, fundado num critério que determine um lugar de enunciação, isto é, um espaço social circunscrito historicamente. Esse espaço é o que chamamos de formação discursiva (Foucault, 1969) e é, através dele que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia. Essa concepção singularizante de discurso possibilita-nos pensar os processos discursivos na sua relação com o inconsciente, a cultura e a ideologia e mostrar os efeitos de sentido, daí decorrentes, no discurso pedagógico, objeto de nosso estudo.

Referências Bibliográficas

- BENVENISTE, E. Problèmes de linguistique générale. Paris: Gallimard, 1966.
- DUBOIS, J. et alii. Dicionário de linguística. São Paulo: Cultrix, 1990.
- FOUCAULT, M. L'archéologie du savoir. Paris: Gallimard, 1966.
- GUESPIN, L. Problématique des travaux sur le discours politique. Langages, n. 23, 1971.
- HARRIS, Z. Discourse analysis reprints. Haia: Mouton, 1963.
- JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1969.
- MAINGUENEAU, D. L'analyse du discours. Introduction aux lectures de l'archive. Paris: Hachette, 1991.
- _____. Initiation aux méthodes de l'analyse de discours. Paris: Hachette, 1976.
- ORLANDI, E. Discurso, imaginário social e conhecimento. Em aberto, Brasília: ano 14, n. 61, 1994.
- OSAKABE, H. Sobre a noção de discurso, in Vários, Sobre o discurso. Uberaba: F.I.S.T.A., 1979.
- PÉCHEUX, M. Analyse automatique du discours. Paris: Dunod, 1969.
- SAUSSURE, F. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 1977.